

Julia Lima dos Santos

Estudante do curso de graduação em Geografia da UNESP, campus de Rio Claro
bolsista de Iniciação Científica
julia.l.santos@unesp.br

Angelita Matos Souza

Professora livre-docente no curso de graduação em Geografia da UNESP, campus de Rio Claro
angelitams2010@gmail.com

Capitalismo neoliberal: além da economia

Resumo

Neste artigo, sintetizamos as contribuições de algumas autoras feministas – Nancy Fraser; Wendy Brown; Saskia Sassen – em seus exercícios de interpretação da fase neoliberal do capitalismo, análises que procuraram ir além da explicação no campo da economia. A busca de conhecimento por meio de estudos dessas autoras se justifica, pois são obras esclarecedoras, que alcançaram grande ressonância neste século. A metodologia envolve exclusivamente a pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Capitalismo, Neoliberalismo, Espaço.

Abstract

NEOLIBERAL CAPITALISM: BEYOND ECONOMY

In this article, we synthesize essays the interpretation of the neoliberal phase of capitalism produced by feminist authors, analyzes that sought to go beyond economics explanation. The search for knowledge through these authoresses is justified because they are enlightening studies, which achieved great resonance in this century. The methodology consists exclusively of bibliographical research.

Key-words: Capitalism, Neoliberalism, Space.

1. Introdução

Desde a década de 1970, a maior parte dos Estados nacionais do mundo capitalista tem adotado políticas neoliberais. Estas políticas se tornaram hegemônicas e seus defensores ocupam papéis de grande influência na educação, na comunicação e nas instituições sociais em geral. A primeira experiência neoliberal ocorreu no Chile, tendo surgido a partir de um programa criado pelos Estados Unidos durante a Guerra Fria visando a neutralizar tendências esquerdistas na América Latina. Antes do golpe que levou Pinochet ao poder, economistas chilenos foram formados na Universidade de Chicago, centro de produção e difusão das teorias neoliberais, alguns desses economistas viriam a ser figuras centrais no experimento neoliberal chileno. David Harvey (2008) denomina de experimento para salientar justamente a dimensão não espontânea da experiência neoliberal no Chile.

Conforme Harvey (2008), no pós-guerra, os Estados Unidos dirigiram a construção de uma nova ordem mundial a partir dos acordos de Bretton Woods, que resultaram na criação de instituições como o Banco Mundial, o FMI e o Banco Internacional de Compensações, de forma a se coordenar a internacionalização das relações comerciais e a circulação do dólar, tornado a moeda reserva global. O autor salienta que, com a primeira crise do petróleo em 1973, que afetou o mundo capitalista em geral, desencadeando recessão, altas taxas de desemprego e inflação, cresceu o prestígio de partidos comunistas e socialistas nos países desenvolvidos e naqueles em desenvolvimento. Isso representava uma ameaça para as classes dominantes em âmbito mundial, logo, o apoio dos EUA a golpes e intervenções militares nos países periféricos teria sido uma das respostas a esse risco. Neste contexto, o Chile seria o primeiro país do mundo a adotar o neoliberalismo, experiência depois exportada para vários países, inclusive países centrais (BROWN, 2019; HARVEY, 2008).

Segundo Harvey (2008), a teoria neoliberal ganhou ressonância a partir, sobretudo, do momento em que Friedrich Von Hayek e Milton Friedman receberam o prêmio Nobel de economia (em 1974 e 1976), prêmio sob controle da elite bancária suíça. A partir da difusão dessa nova visão político-ideológica (neoliberal), o ideal da solidariedade social

foi sendo suplantado pelas ideias de responsabilidade individual e pela exaltação dos valores familiares (BROWN, 2019).

A exaltação da família e do empreendedorismo atuaram para frear a tendência de gerar força social coletiva, inerente à condição proletária e propensa à revolta social, algo a ser combatido pelo neoliberalismo. Harvey (2008) e Brown (2019) discorrem sobre como, desde os anos 1970, o poder financeiro se expandiu pelo mundo, ganhou maior liberdade e derrubou barreiras e restrições que antes limitavam seu movimento e seu campo de ação. A fase neoliberal do capitalismo implicaria, cada vez mais, em financeirização de todas as instâncias da vida social, com destaque para redução/destruição de inúmeras atividades na órbita estatal.

Por sua vez, essa liberdade de movimentação do capital financeiro, que acompanhou a ascensão do neoliberalismo, gerou uma classe capitalista mais concentrada e bem definida, com poder enorme nos setores de comunicação, indústria, transporte e energia, além das finanças. Em especial, o controle dos meios de comunicação permitiria a virada ideológica partidária da neoliberalização, com a palavra *liberdade* caindo no senso comum de maneira favorável aos interesses capitalistas dominantes.

Segundo Brown (2019), os alvos principais dos neoliberais seriam a sociedade e a política/o Estado, daí a ênfase nos indivíduos e no núcleo familiar. A autora argumenta que, para ideólogos neoliberais, o Estado deve priorizar a defesa da propriedade privada, do livre mercado, do livre comércio e dos direitos individuais – liberdade de expressão, de ação, de iniciativa econômica. Essas prioridades, aliadas do interesse das empresas privadas no lucro, mais o espírito empreendedor, seriam apresentadas como a chave para a inovação e para a criação de riqueza dos países.

Brown (2019) ressalta que os pensadores e seguidores dessa corrente de pensamento defendem que apenas por meio da defesa da propriedade privada (de bens) e da propriedade da própria pessoa, incluída a propriedade intelectual, com a esfera da economia livre da interferência do Estado, é possível a prosperidade e a eliminação da pobreza.

A transferência de responsabilidades do Estado para os indivíduos aumentou a competição entre os trabalhadores, acarretando uma transformação do *homo economicus*: o sujeito de troca e da satisfação de necessidades (liberalismo clássico) tornou-se o sujeito imerso na competição

via aprimoramento do capital humano (neoliberalismo). A tendência à superexploração do trabalho avançou, cada indivíduo passou a ser visto como responsável por suas próprias ações e seu bem-estar, no presente e no futuro, sendo o sucesso ou o fracasso encarados como virtudes empreendedoras ou falhas pessoais. (BROWN, 2019)

A reflexão sobre a fase neoliberal do capitalismo pelas autoras aqui em foco vai bem além do modo centrado na economia, no processo de acumulação de capital por meio da produção de mais valor via mercantilização da força de trabalho. Para as autoras, qualquer análise do capitalismo neoliberal focada na economia seria empobrecedora, pois o neoliberalismo seria, além de modelo econômico, praticamente, um modo de vida. E suas obras discutem de maneira instigante problemas atuais, como questões climáticas, desigualdades de classe, gênero e raciais.

As análises que apresentaremos mostram como a ideologia neoliberal privilegia homens, brancos e detentores de capital, segundo o objetivo da manutenção da ordem social hierárquica para assegurar a continuidade do poder nas mãos de grandes oligopólios capitalistas. Como procuraremos indicar, trata-se de um *modo de ser* do capitalismo, neoliberal e financeirizado, que penetra em todas as esferas da vida social, para destruir *o social*, desacreditando a esfera política/estatal.

Nas seções seguintes, apresentamos uma síntese das obras analisadas, um ponto em comum é que têm como pressuposto o *desenvolvimento (geográfico) desigual* do capitalismo em escala mundial, também convergem no entendimento de que o capitalismo adentrou uma nova fase a partir do final dos anos 1970, piorada comparativamente ao capitalismo do pós-guerra, além disso, coincidem no veredicto de que a hegemonia do neoliberalismo está em crise, embora isso ainda não permita vislumbrar o seu fim.

2. Neoliberalismo por Wendy Brown

A obra de Wendy Brown (2019), *Nas Ruínas do Neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*, traz uma análise sobre o neoliberalismo que aborda os temas da redução da dimensão pública do Estado, da desvalorização da política, do avanço do individualismo, do

desmonte da solidariedade social, da valorização da pauta (conservadora) dos costumes, da financeirização da economia e da corrosão da democracia.

Brown (2019) declara que dentre seus objetivos está o de discutir as bases da *aliança* entre neoliberalismo e neoconservadorismo, a partir de uma perspectiva neofoucaultiana e neomarxista. A aliança em questão se expressaria na ascensão de uma moralidade retrógrada e antidemocrática, que mira o desmonte da solidariedade social, movimento orientado por lógicas neofascistas, neoconservadoras, racistas, antifeministas e homofóbicas. A autora ainda se propõe a discutir, de maneira sucinta, o ressentimento como o afeto que alimenta, sobretudo entre homens brancos, o desapareço pelo Estado social e democrático.

Diversos aspectos do estudo de Brown (2019), centrado nos EUA, nos fazem pensar na vida política brasileira. Em especial, a análise da autora sobre como a ultradireita tem violado direitos sociais para expandir o poder dos capitalistas, tanto ao nível do mercado como da política e da moral/da cultura, entregando ao setor privado a seguridade social, a saúde e a educação, ao mesmo tempo em que enaltece o empreendedorismo individual. Neste contexto, a direção de órgãos governamentais destinados a conduzir o bem-estar social é ocupada por pessoas comprometidas com a comercialização ou eliminação de bens públicos.

A agressão à sociedade e à justiça social nas últimas quatro décadas, segundo a autora, faz parte do projeto de desmantelamento e depreciação do Estado social, e, nos três primeiros capítulos do livro, Brown (2019) destaca o processo de desmantelamento do tecido social sob a inspiração teórico-ideológica de pensadores como Hayek, Friedman e dos ordoliberais alemães. A autora mostra como esses pensadores criticam de forma sistemática a noção de social e de sociedade, buscando oferecer todo um arcabouço epistemológico (socioeconômico, político e moral) para difundir uma hostilidade com relação ao social/à sociedade.

É destacado pela autora, como um dos maiores expoentes do pensamento neoliberal, Friedrich August von Hayek, que apresenta a ideia de justiça social como miragem e a atração que a ideia exerce como a mais grave ameaça aos valores de uma civilização livre. Brown (2019) aponta ainda uma surpreendente similaridade entre Hayek e Hannah Arendt - em *A condição humana* -, no que diz respeito à matriz antissocial. Para Brown, a valorização

da liberdade em Arendt, em sua crítica ao conformismo e à inautenticidade nas democracias de massa, a aproximação de Hayek, na medida em que os dois enfatizam que a demanda por justiça social limita a liberdade na vida política moderna, de encontro à liberdade e à autonomia dos indivíduos.

Um aspecto interessante da análise de Brown (2019) diz respeito ao apontamento das dissonâncias entre liberalismo e neoliberalismo. Conforme a autora, o entusiasmo popular com relação a lideranças autoritárias (Trump, por exemplo) e aos regimes autocráticos, nacionalistas e, em alguns casos, passíveis de serem classificados de neofascistas, estaria em contradição com as ideias de liberdade e racionalidade do liberalismo clássico. Não obstante, haveria um casamento entre neoliberalismo e essas lideranças populistas de direita, como se a associação a lideranças demagógicas, acompanhadas de todo tipo de irracionalidades, fosse um preço a ser pago pela implementação do projeto neoliberal de destruição do bem-estar social.

Algo para o qual Brown (2019) chama muito a atenção é essa aliança entre neoliberalismo e grupos religiosos conservadores, juntos no apoio a lideranças, muitas vezes, de comportamentos pouco afins aos valores conservadores na pauta dos costumes (Trump, por exemplo). Os defensores do neoliberalismo o fazem porque importa atacar a ação estatal voltada ao bem-estar social; ao passo que aos grupos religiosos interessa a defesa dos valores conservadores. O encontro de interesses entre os dois grupos passa pela defesa do empreendedorismo cujo núcleo é a unidade familiar.

Brown dialoga estreitamente com Foucault, para defender que o neoliberalismo teria implicações para muito além da economia (política econômica) e do objetivo de fortalecimento do capital diante dos trabalhadores. De fato, corresponderia a uma racionalidade nova, que perpassa inúmeras esferas da vida, havendo muitas formas de imbricações. A própria reorientação do *homo economicus* seria um exemplo, com o indivíduo da troca visando à satisfação de necessidades (liberalismo clássico) transformado no indivíduo da competição e do aprimoramento do capital humano (neoliberalismo), em geral impulsionado pelas ideias de empreendedor de si mesmo a partir do núcleo familiar.

No lugar do planejamento estatal e do bem-estar social colocou-se o mercado, amparado na pauta neoconservadora no campo dos costumes.

Brown (2019) salienta, a título de ilustração, que para Hayek a restrição da esfera de atuação do Estado, mais o conservadorismo moral, poderiam levar a uma conduta individual evoluída, dinâmica e não acomodada, positiva para o funcionamento da economia. Os homens teriam mais independência e estabeleceriam regras próprias, sem depender da indução ou da coerção estatal. Desse modo, o mercado poderia operar como o lugar de recompensa para condutas individuais acertadas (orientadas pela religiosidade), o que contribuiria para geração de riqueza e inovação.

A autora (BROWN, 2019) aponta para diversas formas de desmantelamento ou privatização do Estado estimuladas pela ideologia neoliberal, manifestos na privatização de bens e serviços antes voltados à promoção do bem-estar social. Do ponto de vista legal/jurídico, salienta que teria ganhado força o movimento de reivindicação do direito à liberdade de expressão para se contestar a igualdade e o secularismo. Eticamente, as mudanças introduzidas pelo neoliberalismo envolveriam a contestação da justiça social em nome da autoridade patriarcal e dos valores tradicionais. Sob a ótica cultural, há o foco na “desmassificação” (ou desproletarização), vista como estimuladora de força social coletiva propensa a se revoltar contra o sistema, daí a ênfase nos indivíduos, na família e no empreendedorismo, em vez de na sociedade, nos sindicatos e no Estado social.

Segundo a autora, para a consolidação da estratégia de reformas neoliberais abrangentes, que visam à transferência de responsabilidades do Estado de bem-estar para a esfera individual/familiar, contribuíram decisivamente a difusão das ideias e práticas de auto-investimento para manter/aumentar a renda, acompanhados do estímulo à economia do compartilhamento, à dessindicalização dos trabalhadores, à terceirização, no sentido de se transformar tempo, posses, conexões e a si mesmos em fontes de capitalização. Como exemplos, Brown (2019) menciona os arrendamentos de quartos no Airbnb, uberização, trabalhos como *freelancers*, compartilhamento de bicicletas, ferramentas e carros, “bicos” variados, entre outros meios para se sobreviver aos cortes das políticas assistenciais e às recessões econômicas. Por essa via se delegando a famílias, ao seu empreendedorismo, a tarefa de prover para todos as seguridades, saúde, educação, cuidados diversos.

Brown (2019) insiste na visão antipolítica dos pensadores-ideólogos neoliberais, cujo resultado convergiria para a deformação da democracia

liberal, concretamente uma condição de funcionamento da economia nos termos defendidos pelos neoliberais. O ataque à política, na forma de ataque aos políticos profissionais, ao funcionalismo público e às instituições político-partidárias desemboca no ataque à democracia e a enfraquece porque nas palavras da autora (p. 69): “A democracia sem o político é um oximoro”. Quer dizer, perde todo o sentido.

Em âmbito internacional, para enfraquecer Estados nacionais e conter reivindicações democráticas, os neoliberais apostam nas instituições supranacionais “despolitizadas” (sob o argumento da tecnicidade) e em leis/normas que se sobrepõem aos Estados nacionais e à democracia assentada em bases locais. A hostilidade do neoliberalismo com relação à vida política democrática é a face mais destacada pela autora, e interessa-lhe caracterizar o neoliberalismo como um fenômeno abrangente – econômico, político, cultural, educacional, ético-moral – que acaba abrindo caminho para o populismo de extrema-direita. Em tese, algo na contramão do princípio da racionalidade originalmente defendida pelo liberalismo.

A análise de Brown (2019), embora centrada no caso dos EUA, é muito útil para se pensar o Brasil e, certamente, muitos outros países, em vista da dimensão internacionalizada da ascensão dos movimentos de extrema-direita. No Brasil, nos últimos anos, as alianças entre ideólogos, políticos e economistas neoliberais com fundamentalistas cristãos ganharam terreno, tendência que tem permitido o ataque aos princípios democráticos da igualdade, inclusão e não discriminação. Avança a ideia de que em nome das liberdades individuais seria permitido discriminar pessoas LGBTQIA+; praticar a intolerância religiosa, principalmente com relação à vertente afrodescendente; praticar a evangelização dentro de sala de aula e a militância contra o direito ao aborto. Qualquer agente que se oponha a esse retrocesso corre o risco de ser hostilizado, pois tido como ameaça aos valores da família tradicional.

A autora traz um exemplo que ocorreu nos Estados Unidos, no qual o proprietário de uma confeitaria se recusou a confeitar um bolo pedido por um casal de homens para a celebração do seu casamento. Apesar de o casamento entre pessoas do mesmo sexo ser legalizado, casos como esse seriam cada vez mais frequentes na contemporaneidade, e o livre exercício da religião e a liberdade de expressão vêm sendo usados para contestar o

poder social na democracia e reforçar a moralidade tradicional. A política de direita tem desenvolvido estratégias legais para favorecer esse uso no mundo público e comercial, de maneira a conferir aos indivíduos o direito de praticar toda sorte de discriminações. Conforme Brown (2019), a interpretação da liberdade de expressão misturada à religião vem atuando contra liberdades individuais constitucionalmente asseguradas e tem encontrado respaldo nas instâncias judiciais.

No último capítulo, a autora dedica-se a entender fenômenos subjetivos associados ao neoliberalismo, como o avanço do niilismo, e aponta como a desvalorização de valores caros à modernidade desmantela a sociedade e a democracia (desvalorização que inclui a própria virtude cristã da fraternidade e do amor ao próximo, além dos valores iluministas/liberais da igualdade, liberdade, razão e responsabilidade). Brown (2019) discorre sobre o niilismo em Nietzsche, relacionado à desvalorização dos valores, para argumentar que o niilismo teria avançado sob o neoliberalismo, com a dissolução da distinção entre o verdadeiro e o falso em um mundo no qual todas as esferas da existência humana ficam submetidas à lógica da monetização, aos cálculos dos retornos de auto-investimentos e empreendedorismo.

Para a autora, o niilismo reduziria a força da consciência formada em torno dos valores universais, “desencantamento” (como desvinculação dos valores universais) que liberaria da coação, da culpa e da noção de abuso que a existência de tal consciência impunha aos sujeitos. Fenômeno, o niilismo contemporâneo, afim à erupção forte de um afeto: o ressentimento dos sujeitos “deixados para trás” (classe trabalhadora – média e branca) devido aos efeitos econômicos da desigualdade, desindustrialização, perda de empregos sindicalizados e da proteção do Estado social. Por seu turno, o “ressentimento, o rancor, a raiva, a reação à humilhação e ao sofrimento – certamente todos estão em jogo hoje no populismo e no apoio da direita à liderança autoritária” (BROWN, 2019, p. 215).

Em síntese, o neoliberalismo não está restrito às esferas da economia e/ou da política, é muito mais abrangente e complexo, englobando todas as esferas da vida social, para justamente atacar o *social* de maneira completa. E Brown (2019) conclui a obra discorrendo sobre o *espaço*, a arena onde tudo ocorre. Nesta ótica, destacará três deslocamentos cruciais

para entendermos o neoliberalismo: a) o ligado à perda de soberania do Estado-nação em consequência da globalização – o mundo invadiu a nação, enfraquecendo suas fronteiras e a soberania estatal, comandando a produção e o consumo, com fluxo de capital, de imigrantes e redes digitais; b) o decorrente da revolução informacional, que gerou e continua a gerar sociabilidades novas, desterritorializadas; c) e o deslocamento relacionado diretamente à ascensão do capital financeiro e à fluidez de valor que ele introduz no mundo, transformando o regime de acumulação, de predominantemente produtivo para financeirizado.

Certamente, pesquisadores da área da Geografia deveriam iniciar por esses três deslocamentos para tentar entender como eles engendram os fenômenos analisados por Brown (2019). Ou seja, por onde a autora conclui seria importante iniciar.

3. Capitalismo e neoliberalismo por Nancy Fraser

Antes de abordarmos a teoria ampliada do capitalismo proposta por Nancy Fraser (FRASER; JAEGGI, 2020), gostaríamos de tecer um comentário breve sobre o *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*, publicado no Brasil em 2019, composto de dois textos. O primeiro, “Do neoliberalismo progressista a Trump – e além”, traz uma distinção entre o neoliberalismo progressista e o reacionário; o segundo, uma entrevista com Fraser.

Para Fraser (2019), nas últimas décadas construiu-se um consenso em torno da necessidade de reformas a favor do mercado, que envolveram a *flexibilização* de direitos trabalhistas, maior liberdade de circulação de capitais, expansão do comércio global e privatização de serviços e empresas públicas. Consenso que produz certa indistinção entre a política socioeconômica de governos de direita e de esquerda, as políticas neoliberais são praticadas e difundidas como as que funcionam.

Ademais, a globalização e a implementação do neoliberalismo tanto nos países em desenvolvimento como nos desenvolvidos enfraqueceram movimentos operários e organizações sindicais, assim, mesmo os governantes mais à esquerda acabam não tendo força para resistir à pressão *dos mercados*, e os partidos de origem operária de maneira geral foram

aderindo ao discurso em defesa das reformas neoliberais. Por sua vez, a aliança entre neoliberalismo e partidos/movimentos sociais progressistas gerou o que Fraser (2019) chamou de “neoliberalismo progressista”, que reuniria política econômica regressiva, pró-mercado, e pautas progressistas na esfera dos costumes, como as políticas de reconhecimento que valorizam a diversidade na representatividade. Em contraposição, haveria o neoliberalismo reacionário, regressivo nas dimensões econômica e dos costumes (de Trump).

Assim, esquerda e direita agora não se distinguiriam mais no antagonismo de classe, as diferenças existentes girariam em torno da pauta cultural. Do ponto de vista da política socioeconômica, partidos considerados de esquerda aproximaram-se do centro, o que acarretaria perda de filiados e militantes à esquerda e atrairia os carreiristas, aumentando a apatia política entre as classes trabalhadoras, que não veem sentido em votar, devido à conclusão de que todos os partidos e todos os políticos são iguais. Cenário favorável ao populismo de extrema-direita.

Fraser (2019) analisa o crescente sucesso de partidos racistas e xenofóbicos na Europa, o Brexit no Reino Unido, o governo de Donald Trump nos EUA e as forças protofascistas na América Latina, na Ásia e no Pacífico. Estaria em curso uma crise política global, relacionada à perda de confiança dos trabalhadores de diversas classes sociais na política e nos sistemas políticos (democrático-liberal). As massas passaram a buscar novas ideologias, formas de organização e lideranças, e prosperou a rejeição à política tradicional.

Neste contexto, o neoliberalismo progressista dos democratas nos EUA estaria ligado à defesa da distribuição de reconhecimento; ao passo que o reacionário, ligado à ascensão de Trump, em ruptura com o primeiro, defenderia uma identidade reacionária, inclusive para resolver problemas econômicos, como o da imigração, por exemplo. Afora essa distinção (que é importante), nos dois campos imperaria o programa econômico de acumulação por expropriação, liberalização e financeirização da economia, com redução nos padrões de vida da classe operária e classes médias. De acordo com Fraser (2019), o programa neoliberal progressista não centraria na desigualdade social, mas na diversificação, incorporando a pauta do reconhecimento: demandas da comunidade LGBTQIAP+, igualdade de

gênero (com mulheres empoderadas), inclusão e empoderamento de segmentos da população negra.

Desse modo, na visão da autora (2019), tanto o neoliberalismo reacionário como o neoliberalismo progressista teriam contribuído para a criação de um ambiente tóxico, alimentando a difusão de comportamentos racistas, misóginos e homofóbicos. Isso porque o neoliberalismo progressista seria visto como elitista, defendido por aqueles que vivem em cafés e têm dinheiro. O problema central, gerador das crises, o capitalismo neoliberal, ficaria intocado.

Na entrevista concedida a Bhaskar Sunkara, Fraser (2019) resume que o neoliberalismo é um projeto político que pode incluir pautas progressistas no campo dos costumes, questões feministas, de raça/etnia e ecossocialistas, que são pautas importantes na sociedade atual. A distinção entre o neoliberalismo progressista e o reacionário é bastante útil para diferenciar governos neoliberais na economia, porém passíveis de serem diferenciados como progressistas ou reacionários nos costumes. É a ideia central que amarra as duas partes do livro e que levou as reflexões da autora sobre o neoliberalismo a serem mundialmente debatidas e utilizadas nas análises de várias realidades.

Fraser (2019) foca sobretudo na fase neoliberal do capitalismo, para ela atualmente em crise, em suas dimensões objetiva e subjetiva. Como saída, a autora defende a necessidade de se superar a financeirização do capitalismo, com políticas antineoliberais e mesmo anticapitalistas; para tanto, aventa a possibilidade de um populismo progressista (de esquerda) poder ser instrumentalizado no sentido de, subjetivamente, pavimentar o caminho para a mudança objetiva.

No livro *Capitalismo em debate: uma conversa na Teoria Crítica*, organizado na forma de uma conversa entre Fraser e Jaeggi (2020), as questões acima reaparecem, mas sintetizaremos a teoria ampliada do capitalismo proposta por Fraser (FRASER; JAEGGI, 2020). A autora denomina o capitalismo de “ordem social institucionalizada” e defende que ele seja estudado como uma totalidade social articulada em dois planos: o principal e o *de fundo*. Para o capitalismo se reproduzir como totalidade social, as esferas do plano principal (exploração, produção, economia, natureza humana) estabeleceriam relações de dependência com as esferas do plano de fundo (expropriação, reprodução social, política, natureza não humana).

Quer dizer, a esfera da exploração está articulada à da expropriação, que seria inerente à história do capitalismo, e não apenas uma fase relacionada à pré-história deste modo de produção (a autora segue Harvey e Luxemburgo). A esfera da produção dependeria da esfera da reprodução social, como teorizada pelos estudos feministas, pois a produção econômica não seria possível sem a produção de pessoas, a força de trabalho, tarefa em geral sob a responsabilidade das mulheres. A economia, ao contrário do que defendem os neoliberais, não poderia subsistir sem a esfera política, o Estado constitui e ancora a economia capitalista. Finalmente, a natureza humana (sociedade) depende da existência, dominação e conservação da natureza não humana (meio ambiente).

Em resumo, para a autora, o plano de fundo seria ocultado das narrativas oficiais sobre o que é o capitalismo, mas este modo de produção depende dessas esferas “ocultas” para se reproduzir. A partir desse quadro analítico, Fraser (FRASER; JAEGGI, 2020) vai falar das regiões de fronteiras, das relações entre as esferas dos dois planos, relações que se alteram ao longo da história do capitalismo, daí as fases distinguíveis dos regimes de acumulação: capitalismo concorrencial, administrado pelo Estado, neoliberal.

A discussão teórica é difícil, mas as considerações da autora sobre a luta de classes e as lutas de fronteira interessa bastante. Fraser (FRASER; JAEGGI, 2020) defende uma concepção ampliada de luta de classes, que vá além dos conflitos capital-trabalho no lugar da produção. Este enfoque, que teria dominado no marxismo, e que valoriza a luta de classes e desvaloriza outras lutas sociais é criticado pela autora, que defende que as lutas do plano de fundo e nas *fronteiras* entre os dois planos possam ser consideradas de igual importância.

Quer dizer, os conflitos que não emergem propriamente na esfera da produção podem ter a mesma relevância que estes, são as lutas chamadas “de fronteira” pela autora, que ocorrem nas fronteiras entre as esferas dos dois planos, nas intersecções entre elas. Lutas essas “sobredeterminadas por questões de classe” e atravessadas pelas questões de gênero e raça, uma vez que “a dominação de gênero e a racial/étnica são tão difusas na sociedade capitalista quanto a de classe” (FRASER; JAEGGI, 2020, p. 187-190). O objetivo da autora seria valorizar formas de luta que não a

de classes e salientar as questões de *gênero e raça* presentes nas lutas de classes e nas de fronteiras.

Fraser (FRASER; JAEGGI, 2020) também aborda a expansão do trabalho expropriado, como trabalho precário. Para a autora, muitos dos conflitos envolvendo esse tipo de trabalho podem ser considerados luta de classes e ela aponta para a expansão de regimes de trabalhos híbridos nos países desenvolvidos. Estes regimes combinariam exploração com expropriação, em uma relação que produz hierarquias no mundo do trabalho. Neste terreno, Fraser indica uma diferença básica: na exploração, o trabalhador conta com alguma proteção do Estado/dos sindicatos e os capitalistas se responsabilizam pelos custos da reprodução da força de trabalho; na expropriação, o trabalhador está por conta própria, sem a proteção do Estado/dos sindicatos e os capitalistas não se responsabilizam pelos custos da reprodução da força de trabalho.

Segundo a autora, a análise da complexa relação entre a luta de classes e as lutas de fronteira seria fundamental para se entender a fase atual do capitalismo. A “biperspectiva” (luta de classes & lutas de fronteira) seria o método para se ganhar “acesso a todo um novo conjunto de questões, que nos permitem examinar ‘as lutas e os desejos de nossa época’ de modo mais profundo e crítico” (FRASER; JAEGGI, 2020, p. 188). Caminho de análise das lutas sociais considerado o mais produtivo, pois, para a autora, as lutas de fronteira, em muitos casos, teriam a mesma importância que as lutas de classes ou poderiam ser classificadas como lutas de classes.

Cumprido salientar que a análise de Fraser (FRASER; JAEGGI, 2020) e a sua proposta de aceitação ampliada do capitalismo (que articula dois planos e várias esferas) parte da teoria do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo em escala mundial. Sob essa ótica é que abordará a esfera da expropriação e as questões de raça e gênero envolvidas. O processo de desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, além das divisões de classes, distribui hierarquias de status, que são racializadas e espacializadas e inferiorizam justamente os povos mais sujeitos aos processos de expropriação, inferioridade inclusive em face dos trabalhadores explorados.

Desse modo, Fraser (FRASER; JAEGGI, 2020) destaca as divisões de classes e as diferenças de status como igualmente relevantes para se entender a reprodução do capitalismo. As populações racializadas oriundas

dos espaços periféricos, nos países do Sul global e no Norte global, seriam vítimas tanto das desigualdades de classe como das de status, de fato, os estigmas seriam engendrados em grande parte pelo lugar onde vivem ou de onde vêm. Por isso, mesmo quando superam a desigualdade social, seguem vítimas de discriminações de status, baseadas em questões raciais/étnicas e de gênero, e isso é determinado pelo desenvolvimento desigual (hierárquico) e combinado do capitalismo em âmbito global. O capitalismo neoliberal aguça as desigualdades e as discriminações, e a denominada globalização seria muito mais fraturada.

Em suma, tanto na caracterização do capitalismo neoliberal por Fraser (FRASER; JAEGGI, 2020), como por Brown (2019), a dimensão espacial é o esteio das análises, ainda que de maneira não explicitada. Na Geografia diríamos que o mais promissor seria ancorar a análise do capitalismo na tese do desenvolvimento geográfico desigual, à maneira de David Harvey (2011; 2004; 2002). Inclusive para se abordar devidamente o avanço do trabalho expropriado no Norte global, onde predominava o trabalho explorado, em contraposição ao domínio do trabalho expropriado no Sul global, como argumenta Fraser (FRASER; JAEGGI, 2020).

4. Os Expulsos, por Saskia Sassen

Sassen (2016), em *Expulsões: Brutalidade e complexidade na economia global*, discorrerá sobre lógicas novas de expulsão e brutalidade que sociedades capitalistas atuais, que variam de local, conteúdo e caráter, podendo atravessar estratos sociais pelo mundo de diferentes formas. Com efeito, a autora quer chamar atenção para formas de exclusão muitas vezes vistas superficialmente em discussões e teorias sobre a desigualdade social, relacionadas ao mercado de terras, mercado financeiro, entre outros. A autora inicia a obra destacando duas mudanças profundas que ocorreram a partir da década de 1980, a primeira diz respeito a transformações materiais que favorecem operações econômicas desterritorializadas e produções industriais com baixa regulação e baixos custos; já a segunda se relaciona à ascensão do mercado financeiro.

Na visão de Sassen (2016), o capitalismo “tradicional” cedeu espaço para um mais avançado e complexo. Neste, as pequenas burguesias e as

burguesias nacionais de vários países perderam valor social e os consumidores, formados pela classe trabalhadora em geral, têm participação cada vez menor nos lucros e no consumo. Esse fenômeno estaria ligado ao processo de desindustrialização nos países industrializados, uma vez que as indústrias são cruciais para a criação e a expansão do emprego e de uma classe média com salários mais altos e maior poder de consumo. Ao mesmo tempo, os processos de reestruturação do capitalismo desde os anos 1980 favoreceram a expansão das formas terceirizadas de trabalho, via deslocamento da produção para países do Sul global. Outro fenômeno para o qual a autora chama a atenção é para o endividamento crescente dos governos dos países capitalistas em geral, verificável na proporção do endividamento público no PIB, até nos países desenvolvidos, como a Alemanha e os Estados Unidos.

Consequentemente, a desindustrialização, o desemprego e o endividamento dos Estados agravaram a desigualdade de renda no mundo, inclusive nas nações com tradição de desigualdade baixa, como Alemanha, Finlândia e Suécia, países onde a partir dos anos 2000 os níveis de desigualdade aumentaram; tendência ao aumento da desigualdade que reflete o baixo crescimento econômico e o alto desemprego também em países desenvolvidos.

As adversidades nos espaços econômicos nacionais são enumeradas pela autora, com destaque para as condições precárias de emprego; os novos padrões de mobilidade geográfica – emigrações; dívidas hipotecárias; despejos; aumento da pobreza, dívidas com altas taxas de inadimplência; e um significativo deslocamento de trabalhadores pelo mundo por diversos motivos: devido a problemas financeiros, guerras e mudanças climáticas catastróficas.

Um fenômeno da brutalidade do capitalismo atual, abordado por Sassen (2016), é o encarceramento como forma de expulsão de excedentes da população trabalhadora do mercado de trabalho. Principalmente nos Estados Unidos, os encarcerados seriam transformados em força de trabalho barata para fins lucrativos de grandes empresas. De acordo com a autora, o fenômeno de utilização da mão de obra dos encarcerados acentuou-se na virada para o século XXI, com a privatização dos presídios, agora os presidiários *vendem* sua força de trabalho em condição de não liberdade, sendo usados por empresas privadas que investem nas

corporações responsáveis pelo sistema penal e estimulam a expansão da população encarcerada.

Outro tema-chave analisado pela autora é o do mercado global de terras. Sassen (2016) indica o crescimento exponencial de aquisição de terras por estrangeiros em vários países do mundo, em boa medida terras destinadas à reserva de valor, em um processo que traz a destruição da economia de pequenos agricultores locais. Conforme a autora, as terras adquiridas por capitalistas estrangeiros são de grandes extensões, nas quais antes havia forte agricultura familiar, reconhecidas ou não pelo Estado.

A agricultura de subsistência praticada pelas comunidades tradicionais teria como traço principal a tentativa de manejo de solo correto, preservando a flora e fauna, já que a terra os ajuda a sobreviver, criando uma relação simbiótica entre natureza e comunidade. Já com a aquisição estrangeira ocorre a expulsão de famílias e a destruição da fauna e da flora bem como dos modos de vida tradicionais, além disso, a estrutura política e legal é alterada, a autoridade e soberania do Estado sobre o território é reduzida, deixando os governos cada vez mais enfraquecidos e os pequenos agricultores obrigados a se deslocar.

Sassen (2016) discorre sobre a transformação de Estados devedores, por causa das dívidas acumuladas nos anos 1970, em Estados vendedores do território e de empresas, processo caracterizado pela destruição de empregos e expulsão de pessoas de suas terras, resultando na destruição da biosfera. Neste processo, os Estados acabam facilitando a conformação e a execução de contratos que aumentam a aquisição de terras por estrangeiros, implicando na violação de direitos humanos, justiça social e aceleração das mudanças climáticas.

A autora (SASSEN, 2016) sublinha bastante a dimensão geográfica-espacial da brutalidade da forma vigente do regime de acumulação capitalista. Ao tratar dos impactos causados pela expansão das grandes firmas pelo mundo, alerta sobre os perigos em várias frentes do processo *sem fim de valorização do valor* liderado pelas atividades financeiras, e sublinha as diferenças entre o sistema de finanças internacionalizado e o sistema bancário tradicional. Conforme a autora, os bancos tradicionais dispõem do dinheiro em sua posse, ao passo que a firma financeira vende algo que não tem e, via securitização das transações, financia empreendimentos e

projetos por meio da venda de títulos que podem ser comprados e vendidos inúmeras vezes, em movimentos altamente especulativos, sem base real. Assim sendo, o poder das finanças aumenta enquanto economias de produção e governos perdem poder. Isso produz grande instabilidade e, nas crises, os Estados operam com intervenções salvacionistas dos mercados financeiros – promotores das crises – que reduzem os poderes dos Estados.

O capital financeiro, de acordo com Sassen (2016), há décadas faz investimentos extremamente especulativos que aumentam em muito a instabilidade do sistema. Para a autora, seria necessário e urgente que as instituições financeiras fossem reestruturadas no sentido de criar e distribuir capital de forma eficiente. Basicamente, propõe a reforma do capitalismo financeirizado (não a superação do capitalismo) e a reorientação do capital financeiro para responder a grande variedade de necessidades mundiais como a fome, as questões ambientais-climáticas e a pobreza, que colocam em risco a própria existência do sistema.

O último capítulo do livro relaciona enfaticamente histórias e geografias que aceleram a destruição em grande escala do planeta devido ao aniquilamento do meio ambiente. Neste terreno, a autora critica a separação entre paisagem natural e paisagem geopolítica, isso ocorrendo porque a urbanização teria propalado a sensação de não pertencimento à natureza, como se o homem não fizesse mais parte da biosfera, com problemas climáticos e ambientais vistos à distância, como se não fizessem parte do cotidiano das pessoas, o que dificultaria seu enfrentamento com a urgência necessária.

Para piorar, a fim de se tentar conter os danos relacionados às mudanças climáticas, a solução capitalista tem sido a venda de carbono, portanto, há comércio até no combate aos problemas ambientais. As empresas que reduzirem suas emissões ganham créditos de carbono e, desse modo, é possível entender que, além da comercialização da terra, do ar e da água, a financeirização alcança as medidas para conter a crise ambiental.

Sassen (2016) oferece ainda um breve panorama dos problemas ambientais em diversos países, evidenciando que a poluição e a destruição do meio ambiente em diferentes continentes criam problemas iguais e afetam o mundo todo. O avanço da tecnologia e de técnicas permite alguma regeneração ambiental, porém, em muitos casos, isto não seria

mais possível. Terras que antes eram excelentes áreas agrícolas não são mais devido à degradação sofrida, e, no curto prazo, seria praticamente impossível a recuperação de muitas localidades, as tecnologias somente conseguindo “consertar” no longo prazo, mas ainda com incertezas.

A título de ilustração, a autora aborda o problema dos resíduos industriais, que causam destruição extrema na terra e contaminam pessoas ao redor do mundo. Sem falar nos acidentes nucleares, que expulsam cidadãos de suas localidades e os fazem adoecer, como no trágico caso de Chernobyl. E seriam muitos os exemplos ao redor do mundo, diversos crimes ambientais, os quais vão dos países pobres aos ricos. Por fim, Sassen (2016) faz uma advertência importante sobre esforços de alguns Estados no sentido da redução da destruição global, salientando a grande relevância dessas tentativas, porém estas seriam pequenas em comparação com a destruição causada em escala global.

Pode-se concluir que o capitalismo atual intensificou e diversificou as formas de expulsão, conseqüentemente, os expulsos, presos ou em movimento entre cidades ou países, muitas vezes em deslocamentos arriscados e perigosos, são as grandes vítimas do modo de ser do capitalismo financeirizado. A abordagem dos expropriados como os *expulsos* da era moderna é muito interessante e a análise da autora é explicitamente especializada, fazendo parecer que o mundo todo, Sul e Norte globais, se tornou uma imensa periferia.

5. Considerações finais

Apesar das diferenças teóricas (Fraser é marxista; Sassen mais próxima do marxismo; e Brown do enfoque foucaultiano), as autoras apontam para a inflexão entre o capitalismo do pós-guerra e o atual, neoliberal/financerizado, vigente desde final dos anos 1970 e em crise acentuada desde 2008.

A primeira conclusão acerca do nosso esforço para conhecer a visão das autoras aqui sintetizadas, sobre o capitalismo neoliberal, é a de que não deixa de ser essa uma empreitada feminista, afinal, em geral, são os

estudos de autores do sexo masculino os mais costumeiramente debatidos e citados no Brasil.

As autoras selecionadas produzem teoria feminista e, ao mesmo tempo, teoria do capitalismo, campo no qual identificamos os estudos mais originais sobre o capitalismo em geral (com o desenvolvimento da teoria da reprodução social) e sobre o capitalismo vigente, neoliberal. Além disso, a escolha pela busca de conhecimento sobre o capitalismo neoliberal pela voz dessas autoras se justifica uma vez que suas obras alcançaram grande ressonância neste século.

O objetivo era o de apreender as especificidades da fase atual do capitalismo, para além dos seus aspectos econômicos, e especialmente identificar o lugar da Geografia (da dimensão espacial) na caracterização do capitalismo neoliberal, mesmo se não explicitado pelas autoras.

Na obra de Sassen (2016), a instância geográfica-espacial é explícita e central; mas nas obras de Brown (2019) e Fraser (FRASER; JAEGGI, 2020) não é assim. No entanto, ao lermos as autoras entendemos que a instância geográfica-espacial, bem como a história, é o esteio das análises realizadas.

Por fim, importa insistir que as autoras abordadas compreendem o capitalismo em sua fase neoliberal como um *modo de ser* bastante abrangente, que não pode ser restringido às políticas econômicas de desmonte do Estado.

Referências

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Politéia, 2019.

FRASER, Nancy. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate**. Uma conversa na Teoria Crítica. São Paulo: Boitempo, 2020.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Editora Loyola, 2004.

HARVEY, David. **Spaces of capital**: Towards a critical geography. Routledge, 2002.

SASSEN, Saskia. **Expulsões. Brutalidade e complexidade na economia global**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

Recebido em 12/06/2023

Aceito em 11/07/2023

